

Celso Antonio Pacheco Fiorillo
Renata Marques Ferreira

**A POLÍTICA NACIONAL
DO MEIO AMBIENTE
(LEI 6938/81) EM FACE
DO DIREITO AMBIENTAL
CONSTITUCIONAL
BRASILEIRO**

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2021

Copyright © 2021 by Celso Antonio Pacheco Fiorillo
Renata Marques Ferreira

Categoria: Direito Ambiental

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

F519p

Fiorillo, Celso Antonio Pacheco

A política nacional do meio ambiente (lei 6.938/81) em face do direito
ambiental constitucional brasileiro / Celso Antonio Pacheco Fiorillo, Re-
nata Marques Ferreira. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.

208 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 191-198.

ISBN 978-65-5510-463-9

1. Política nacional do meio ambiente. 2. Direito ambiental. 3. Direito
constitucional. 4. Bens ambientais. I. Ferreira, Renata Marques. II. Título.

CDD 344

Sumário

Introdução.....	1
1. Objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente em face do direito ambiental constitucional	3
1.1. A proteção da dignidade da vida humana como objetivo da Política Nacional do Meio Ambiente.....	6
1.2. Assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico como objetivo da Política Nacional do Meio Ambiente.....	11
1.3. Assegurar, no País, os interesses da segurança nacional como objetivo da Política Nacional do Meio Ambiente.....	26
2. Princípios da Política Nacional do Meio Ambiente em face do direito ambiental constitucional: o uso racional dos recursos ambientais como bens de natureza jurídica constitucional	31
2.1. O meio ambiente em face da relação jurídica estabelecida pela Constituição de 1988: o bem ambiental como de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida a ser necessariamente assegurado e protegido	32
2.3. Princípios da Política Nacional do Meio Ambiente em face dos Princípios do Direito Ambiental Constitucional	68
2.3.1. Princípios da Política Nacional do Meio Ambiente em face do princípio da legalidade.....	69
2.3.2. Princípios da Política Nacional do Meio Ambiente em face do princípio da soberania	71

2.3.3. Princípios da Política Nacional do Meio Ambiente em face do princípio do desenvolvimento sustentável	78
2.3.4. Princípios da Política Nacional do Meio Ambiente em face do princípio da prevenção	95
2.3.4.1. Prevenção ou precaução em face da Política Nacional do Meio Ambiente?	102
2.3.4.2. Conteúdo jurídico do princípio da precaução em face de seu enquadramento no sistema constitucional em vigor e a avaliação dos custos das medidas de prevenção (ou precaução?) vinculadas à aplicação da Política Nacional do Meio Ambiente	106
2.3.5. O princípio do poluidor-pagador em face da Política Nacional do Meio Ambiente	110
2.3.6. O princípio da participação em face da Política Nacional do Meio Ambiente	119
2.3.7. O princípio da ubiquidade e a dignidade da pessoa humana em face da Política Nacional do Meio Ambiente	122
2.3.8. O genérico e subjetivo rótulo de retrocesso ambiental e a impossibilidade de violação do princípio democrático: o denominado “princípio” da vedação do retrocesso, suas referencias iniciais no âmbito do Supremo Tribunal Federal e seus reflexos em nossa Política Nacional do Meio Ambiente em face da ADC 42	123
3. Conceitos previstos na Política Nacional do Meio Ambiente e sua adequação em face do direito ambiental constitucional	131
4. Finalidades da Política Nacional do Meio Ambiente e sua compatibilidade com o direito ambiental constitucional	139

5. Sistema Nacional do Meio Ambiente no âmbito do direito ambiental constitucional e o CONAMA em face de seu enquadramento jurídico no superior sistema normativo em vigor	141
6. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente e sua convergência com a superior orientação constitucional.....	147
7. Obrigações ambientais previstas na Política Nacional do Meio Ambiente e sua adequação ao direito ambiental constitucional	153
7.1. A obrigação imposta pela Constituição Federal ao Estado e à própria coletividade de proteger os bens ambientais em proveito do uso comum de brasileiros e estrangeiros residentes no País: os deveres ambientais em face dos recursos ambientais, dos bens culturais, da cidade e da saúde ambiental.....	157
7.2. Causa geradora das obrigações ambientais e o uso dos bens ambientais no plano constitucional: as obrigações de fazer ou não fazer subordinadas aos princípios ambientais constitucionais da prevenção e do poluidor pagador	158
7.3. Obrigações ambientais em face do princípio da prevenção:as obrigações preventivas e o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA)	161
7.4. A obrigação constitucional de reparar danos causados ao meio ambiente: obrigações ambientais em face do princípio do poluidor-pagador	162
7.4.1. Imprescritibilidade da pretensão de reparação civil de dano ambiental e a interpretação do Supremo Tribunal Federal (RE 654833)	163
7.4.2. A prioridade da reparação específica do dano ambiental: retorno ao statu quo ante como critério balizador do uso dos bens ambientais	165
7.4.3. A denominada responsabilidade chamada “civil” objetiva e a obrigação constitucional de reparar danos causados ao meio ambiente.....	166

7.4.4. A denominada “conjunção solidária” constitucional: a solidariedade para suportar os danos causados ao meio ambiente.....	169
7.4.5. O caso fortuito ou de força maior em face das obrigações ambientais	170
8. Sanção penal prevista na Política Nacional do Meio Ambiente em face do direito ambiental constitucional: os crimes ambientais	173
9. A taxa no âmbito da Política Nacional do Meio Ambiente e sua adequação ao direito ambiental constitucional: o direito ambiental tributário.....	179
Referencias/Bibliografia	191